

NAÇÃO E REGIÃO: OS DISCURSOS FUNDADORES *

Antonio Jorge Siqueira ¹

*"Le plus souvent, l'objet n'est pas la région,
mais bien l'histoire qui s'y donne à lire"*
(Patrice Bourdelais et Bernard Lepetit)

No objetivo maior de fazer aproximações entre os conceitos de nação e região vamos nos deter no período histórico que precede o evento da República e, conseqüentemente, quando se verifica a erosão definitiva, no país, do regime monárquico. Momento importante e decisivo para se buscar os traços marcantes que balizam diversas mudanças nacionais: final do escravismo, introdução do trabalho livre, o ocaso da monarquia e os primeiros e difíceis anos do regime republicano. Novas e velhas representações explicitadas por também novos e velhos discursos em torno do novo que se projetava, do passado que se exorcizava, algumas vezes com clareza, outras com muitas tergiversações e incertezas. Como aquelas que signi-

ficavam o desenho do que se concebia como nacional e do que se defendia como regional.

Neste momento de transição política do Império para a República, o que significavam o nacional e o regional? Quem protagonizava um e outro? Importa lembrar que a idéia de nação brasileira está intimamente associada a alguns imaginários fiadores deste sentimento nacional. Em 1822, quando Pedro I foi sagrado imperador do Brasil, a pessoa do imperador incorporava em sua aura um sonho imperial reservado aos grandes impérios da antiguidade. Com o Brasil descolonizado, havia um fascínio pela imensidão do seu território, pela unidade da língua, projetando um ideal de grandeza que sempre povoou as mentes e os corações.

A leitura dos símbolos discursivos e significantes imaginários na construção semântica desta complexa criação nacional passava pela mediação de uma estrutura de poderes, dentre os quais sobressai

* Texto escrito para o Ciclo de Conferências *Brasil 500 anos*, realizado pela Fundação Nacional de Arte - FUNARTE - em sua quarta edição "*Nação e Região*", no Rio de Janeiro, aos 11 de outubro de 2000.

o poder moderador da monarquia que já demonstrava sinais de esgotamento, quer no centralismo implacável da ação de sua política, quer, sobretudo, na sua incapacidade de dar conta da complexidade das demandas que cresciam ano após ano, muitas delas ligadas ao mundo do trabalho, dos negócios, das finanças, da gestão, da cultura, da diferenciação social e, com a urbanização crescente, o peso das classes médias urbanas e o papel dos militares. É bom lembrar as inúmeras rebeliões ao Norte e ao Sul que o Primeiro Reinado vira prosperar, minando a unidade nacional, algumas delas com mais de dez anos de duração, como a dos Farrapos. Tanto no caso da monarquia quanto na República nascente, a nação e as províncias sentiram o abalo das transformações sociais e políticas advindas do contacto com as repúblicas do Prata que se produziram com a guerra Cisplatina, dos rescaldos no conflito entre a Coroa e a Igreja, nos novos cenários de demandas com a profissionalização das forças armadas e principalmente na expansão cafeeira com a abolição da escravidão. Que importância tem isto para o nosso tema e, no caso brasileiro, para a relação entre os conceitos de nação e de região?

Em primeiro lugar, tem a ver com a importância que reside na força da emergência dos novos parâmetros de representação da moderna estrutura política de pólos de poder, no país, caso do Sudeste. De certo modo, isto já se renunciava nos ideais republicanos desde a Colônia, passando pela Regência e aguçados, mais ainda, no Segundo Império, quando se tentava romper com o imaginário personalista e paternalista do poder. No regime da moderna representação democrática, o descentramento da figura da pessoa e do corpo do Príncipe torna-se emblemático para que se possa melhor apreender a importância crucial das mudanças operadas no exercício da política e na vigência do próprio regime da democracia moderna. Cresce, também, a importância do que esta mutação representará para as

nações, para as demandas sociais e política dos atores, para a democracia que contemplará a complexa correlação de forças políticas em confronto. No nosso caso, ela incide tanto no exercitar da política quanto na construção e na própria consolidação da região e da nação (LEFORT: 1998).

Em segundo lugar, cabe considerar que, no caso em análise, mesmo tendo o Brasil, neste momento da passagem do Império para a República, a vigência da monarquia constitucional em crise; ainda assim, o peso e o legado do imaginário absolutista se fazem presentes no corpo e na pessoa do Príncipe que, de direito e de fato, encarna o poder estabelecido. E, como veremos, será com muita dificuldade que o sistema republicano tentará neutralizar os óbices deste imaginário imperial com vistas à inscrição dos símbolos daquilo que viria a ser no Brasil a modernidade política e os novos emblemas da representação democrática, exatamente pela reiteração deste imaginário. Não será por mero acaso que os militares, a partir da guerra cisplatina, terão um peso decisivo na reorientação deste imaginário imperial para as modernas formas de representação política da nação. E por que tanta resistência?

Sabe-se que nas monarquias absolutistas o poder era incorporado na pessoa do Príncipe. Aliás, não apenas o poder, dado que o corpo do Príncipe condensava as esferas do poder, das leis e do saber. O Príncipe era um mediador entre os homens e Deus ou, quando já sob efeito da secularização, do laicismo e da atividade política, ele será um mediador entre os homens e as instâncias transcendentais figuradas pela justiça ou pela razão soberanas. Nesta perspectiva, o seu poder sinalizava um poder incondicionado, extra profano, inspirando tão somente na sua pessoa, a garantia e a unidade do poder (LEFORT: 1998). Ora, histórica e culturalmente, isto terá profundas remiscências no imaginário político nacional.

Projetando este arcabouço de teori-

Nação
e Região:
os discursos
fundadores

Antonio Jorge
Siqueira

zação política para o nosso objeto de análise, verifica-se a necessidade de discutir as racionalidades próprias do que teria sido o processo de institucionalização do que denominamos região com todos os seus desdobramentos na nomenclatura geográfica, sociológica, política, econômica, cultural e, principalmente, histórica, posto que ela deverá guardar uma estreita relação com o conceito de nação. Não se pretende estabelecer tipologias nas abordagens dos conceitos ou mesmo trazê-los de volta a uma discussão que, de há muito, vem sendo feita no espaço acadêmico. Entretanto, importa perceber que, nos sucessivos avanços da discussão em torno dos temas, algo permanece como recorrente toda vez que nela se adentra, buscando a superação dos paradigmas que visitam e revisitam os conceitos e, à luz dos quais, se tenta consolidar ou desmistificar verdades em torno do processo de regionalização/nacionalização. Trata-se de buscar a historicização do processo, articulando o espaço regional e nacional com sua dimensão social e histórica.

Na visão e paradigma, tanto do Conselho Nacional de Estatística, em 1938, quanto do IBGE dos anos quarenta do século findo, caracteristicamente políticos e espaciais, houve uma impregnação naturalista que pouco convidava à discussão, na medida em que a natureza - e, como decorrência, a região - eram tomadas como racionalidade discursiva dada, portanto, como algo presumido, posto que natural e antecipatório.² Diferentemente deste paradigma de regionalização, aqui se atrela especialmente o conceito de região às tramas e tessituras do poder, à exercitação da política que permeia as relações de produção e plasma a criação cultural, reiterando relações sociais, com rebatimento na produção do espaço (AURIAC; BRUNET: 1986, p. 13-26).³ Vale dizer que a região, mesmo se localizando espacialmente, ela sinaliza uma outra dimensão de espaço. Aquele eminentemente histórico porque construído pelos atores so-

ciais nas relações produzidas e reproduzidas socialmente.

Sendo uma relação social, algo historicamente produzido, a região possui uma racionalidade que se traduz em discursos e torna-se indispensável resgatar não apenas uma mas várias *dizibilidades* através das quais se explicitam conteúdos que se pretendem percepções práticas e saberes em torno desta realidade que se denomina região. A região, sendo uma produção eminentemente histórica e, como tal, explicitando-se no discurso dos atores, possibilita *inventariar* narrativas e memórias. Portanto, em sendo história, passa a ser espaço de demandas hegemônicas, palco de tensões, cenário de possibilidades, horizonte de rupturas e permanências, de estratégias e de alianças. Principalmente de reminiscências, memórias e comemorações. Mas igualmente de refregas e demandas identitárias em constante ebulição, valendo a pena conferir a esse respeito a concepção vigente do conceito de região, no final do Segundo Reinado e na República nascente (MELLO: 1984, p.13).

O mesmo vale para o que aqui se denomina como nação. Sabe-se que a criação, a produção e a consolidação dos marcos instituintes da nação não se operam no vazio do poder e da cultura política. No nosso caso, a historicidade do processo de regionalização, sinalizando a sua íntima e estreita correlação com o nacional, evidencia rupturas e permanências (LEVY: 1986, p. 251-268). Cabe investigar como e onde isto se opera. E uma das maneiras de se levar adiante esta tarefa é identificando os conteúdos reiterativos dos discursos regionais-nacionais fundadores e fiadores desta relação que viabiliza os instituídos do que aqui denominamos região e nação que, no caso do Brasil, se metamorfoseam, assumindo freqüentemente significações, para além daquelas de natureza simplesmente espacial e econômica. Além de um conteúdo político, estes discursos inscrevem também uma complexa significação históri-

Nação
e Região:
os discursos
fundadores

Antonio Jorge
Siqueira

co-cultural que vale a pena tentar decifrar.

A região interpela a nação

O Nordeste já está em desvantagem, na década de oitenta do século passado, em relação ao Sul e ao Sudeste do país. Neste caso, verifica-se um momento exemplar do ponto de vista da história política do Brasil, no sentido em que os conceitos de nação/região se constroem/reconstroem pelos atores sociais, ora agregando segmentos com demandas específicas de interesses políticos, econômicos, culturais e históricos, ora excluindo outros segmentos destes espaços sociais ou simplesmente amalgamando-os em um mesmo universo nivelador de interesses, percepções e demandas, mesmo a contrapelo das convicções e de discursos uniformes. No Brasil, o último quarto do séc. XIX mostrou-se decisivo para a consolidação do capitalismo em fase de acumulação, no Sudeste, através de uma incipiente modernização industrial conforme já ficou demonstrado. através de análises feitas sobre o período. Perruci, por exemplo, debruçando-se sobre a importância disto para o caso de Pernambuco, demonstra que espaços sócio-econômicos, outrora dinâmicos como o Nordeste, vinham paulatinamente perdendo sua significação maior face ao esgotamento do que ele chama de ciclo da acumulação primitiva na Europa. Ao mesmo tempo, - e isto já delineado desde a segunda metade do século XVII - mostra que se iniciara um longo processo histórico de mudança econômica e social com a emergência de outros espaços/regiões - o ouro, em Minas, no século XVIII e, finalmente, no período em análise, o café do Sudeste.

Estes dados são importantes para se entender a dinâmica na emergência histórica da nação e da região. Torna-se claro, segundo os autores que é, sobretudo, a partir deste momento – fala-se de meados do século XIX - que começam a ser percebidas mais intensamente essas modificações. Em suma, estamos diante de um pro-

cesso no qual uma sociedade que se autonomiza e se pretende nação “começa a ter um discurso específico, mas que ela própria, apesar de se reconhecer como nação, descobre as profundas diferenciações por que passa, tentando - atonitadamente, diríamos - compreender o processo para melhor conduzi-lo através de uma classe dominante debilitada composta de proprietários rurais” (PERRUCCI: 1978, p. IX).

Para demonstrar, neste período, um processo agônico de afirmação das particularidades regionais diante do nacional, vale destacar alguns indicadores históricos destas diferenciações internas, no país, elucidativas do processo político homogeneizador da construção e afirmação da nação e da consequente reação das regiões. Vamos nos fixar na opinião pública veiculada na região Nordeste - em Pernambuco ⁴ - através da imprensa, onde diferentes jornais do Recife reiteram o mal-estar da província diante do processo de centralização imperial, muito questionado, naquela altura, e que relega ao esquecimento demandas regionais, manifestações de interesse das oligarquias locais que, dia após dia, se acumulam. Já naquela altura, este desagrado de interesses setoriais ultrapassava a escala de uma demanda meramente pontual e localizada, - caso de Pernambuco - ou setorialmente individualizada, - oligarquia açucareira/algodoeira e comercial - para adquirir uma conotação regional e inter-regional. Naqueles idos reclamava o Norte, - conforme se lê no “Diário de Pernambuco”, no Editorial de 29 de agosto de 1859: - *“E como poucas vezes sucede que as Províncias do Norte sejam representadas no gabinete por algum filho seu, os seus interesses, por mais que eles importem à prosperidade geral, raras vezes são atendidos devidamente. Ao passo que as Províncias do Sul são largamente dotadas de toda a sorte de melhoramentos, as do Norte só por um favor especial recebem de tempos em tempos um escasso subsídio, que por minguido deixa muitas vezes de lhes*

Nação
e Região:
os discursos
fundadores

Antonio Jorge
Siqueira

aproveitar" (In GONSALVES DE MELLO: 1962, p. 51-59, conforme OLIVEIRA: 1981, p. 34-35).

Julgamos ser importante proceder assim porque este é o olhar que se lança sobre a nação a partir da região, neste período, e isto dará uma conotação toda especial ao que aqui estamos qualificando de interpelação do nacional pelo regional. Numa situação crucial como esta, em virtude das várias mudanças que se operam no país, dentre elas a transição política e o fim do escravismo, a consolidação da nação e a tessitura do regional se entrecruzariam apesar dos discursos impertinente segregacionistas, da parte de algumas, e hegemônicas de outras, na contracorrente da definição e consolidação do nacional. É o caso do presente "confronto" entre as regiões Norte e Sul.

Aí está, também, um exemplo historicamente concreto de como a afirmação da nação já enfrenta ressentimentos regionais, evidenciando a denúncia de uma odiosa discriminação no interior deste suposto espaço nacional, entre províncias do Norte e do Sul, o que só tenderá a se exacerbar à medida que o Sudeste, através do novo pólo de poder, se consolidar política e economicamente como região hegemônica e detentora do discurso nacional. Na expressão de Francisco Oliveira, "internamente, a constituição da "região" do café desdobrava-se na mesma medida em que avançava desde o Vale do Paraíba até o Oeste paulista, homogeneizando-se internamente e diferenciando-se da outra "região" - o Nordeste açucareiro - na mesma medida em que esta era excluída dos novos circuitos de produção a apropriação do valor gerado pela mercadoria café" (OLIVEIRA: 1981). Qual a dimensão da reação regional através das suas elites diante deste segmento que se pretende protagonista do nacional? O problema adquiriu dimensão polêmica na medida em que explicita uma dimensão de opinião pública, ganhando espaço nos jornais. Afinal, foi matéria de

acalorada discussão em Pernambuco, no Nordeste.

O discurso identitário

Intimamente associado ao processo de regionalização e à perspectiva aqui consagrada do olhar interpelador da região sobre a nação, emerge o discurso que reforça os laços de identidade no interior do espaço regional. É a emergência do discurso identitário, também ele, uma variável dos outros tipos de discursos que serão postos em evidência. O recurso da elite regional ao discurso identitário se justifica, neste caso, ante a ameaça que a região sofre do nacional no processo avassalador e triunfante do nivelamento hegemônico que se opera, em termos de poder, de saber, de discurso e de competências. Este discurso não deixa de ser de natureza e cunho ideológicos na medida em que a açucarocracia persiste encobrendo a decadência em sua postura arrogante a despeito da crescente perda de prestígio e poder e, de outro lado, como se viu, mediante o discurso denúncia, engendrando um "outro" que se consubstancia não como o distinto e o diferente, mas como o "estranho" que amedronta, ameaça, diminui e até nega os sujeitos do discurso regional. E o "outro", aqui no contexto, além de tudo, é prepotente porque enseja discriminação, assimetrias e disparidades. Este "outro" ameaçador ora é o Estado, imperial ou republicano, ora é o Sudeste, aliado ao poder central, novamente imperial, num momento, e republicano noutro.

Já vimos que no ocaso do Império toma corpo um discurso regionalista que não é fácil de ser decifrado pois, neste momento, apenas afloram os traços que viriam a ser, na década de vinte do século seguinte, marcantes, decisivos e visíveis no afrontamento dos interesses entre a nação e as regiões, mormente no Nordeste. Circunscritos aos marcos cronológicos do final do Império e dos primeiros anos da era republicana, fica evidente que os constructos

Nação
e Região:
os discursos
fundadores

Antonio Jorge
Siqueira

nação e região incorporam e expressam sentimentos ainda difusos do que representam as especificidades locais, os interesses setoriais e as próprias percepções do lugar que os espaços regionais ocupam no mosaico da complexidade nacional que se pretende unificadora e uniformizadora. As regiões ainda se fecham sobre si mesmas e a concepção do nacional é muito restrita ao espaço da visão e do discurso local e provinciano. No entanto, é possível, historicamente, identificar práticas, discursos, saberes e acontecimentos que explicitam a reverberação das afirmações identitárias que já começam a ser ameaçadas pelo nivelamento dos interesses do nacional, onde o Estado se destaca e se deixará confundir com a hegemonia da região Sudeste.

Em 1838, no esforço empreendido para consolidação do Estado Nacional, a criação, pela Coroa, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) aponta para uma forma sistemática de se pensar a história brasileira, buscando encontrar-lhe um perfil, garantindo-lhe uma identidade, no conjunto das nações. No entanto, não foi fácil desenhar a planta de um projeto nacional para o Brasil dada a sua enorme complexidade de formação que teria de contemplar brancos, negros escravos, negros livres, mulatos, índios, mamelucos etc. Conferida tal tarefa aos intelectuais de nossas elites, eles logo esboçariam uma fisionomia da nação homogeneizada por brancos. A nação, a Coroa e o Estado formarão uma unidade estratégica na tessitura histórica desta urdidura do nacional. Os índios e os negros, segundo a elite, por não serem portadores da noção de civilização, obviamente ficarão excluídos deste projeto de nação restrito apenas aos brancos. Assim é que o conceito de nação carrega, desde cedo, forte marca de exclusão, forjando do "outro" uma imagem profundamente depreciativa que se reproduzirá para além daquele momento histórico.⁵ Caberia, a partir deste momento, tentar estabelecer

uma correlação entre os espaços políticos, econômicos e culturais da nação e das regiões. Vamos nos ater ao que virá a ser o espaço regional, inicialmente denominado de Norte e, posteriormente, de Nordeste, no período que antecede a República.

Em junho de 1878, tem lugar, no Rio de Janeiro, um evento que reuniu a oligarquia rural no Congresso Agrícola que ficaria conhecido como o "Congresso Sinimbu", nome daquele influente político que ocupava a pasta da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, no governo imperial. Ocorreu que o decreto imperial restringira a participação no Congresso do Rio de Janeiro apenas às províncias do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo. Com o objetivo de discutir os problemas da "grande lavoura", não é difícil entender que se tratava do café, pois, já naquela altura (1870-1880), ele respondia sozinho por 56,5% das exportações nacionais, renunciando a importância que terá a produção cafeeira, no final da Primeira República, quando estas cifras atingirão a ordem de grandeza de 70% das exportações nacionais.

Obviamente, não foi por acaso que em Pernambuco organizou-se o Congresso Agrícola do Recife, realizado em outubro de 1878, em revida à iniciativa hegemônica, centralizadora e excludente do poder imperial, discriminando outras regiões do país, entre elas, o Norte daquela época. Tanto a realização do evento recifense como as suas conclusões servem como ilustração da natureza e do conteúdo do que estamos chamando de discurso, seja de denúncia, seja identitário. É sobretudo exemplar o papel de periferização e complementaridade a que é relegada a região diante do processo de acumulação capitalista da região Sudeste que, habilitamente, já se faz protagonista do nacional, através do Estado.

A oligarquia açucareira do Norte/Nordeste, portanto, responde com a convocação de um "congresso sombra", organizado através da Sociedade Auxiliadora da

Nação e Região: os discursos fundadores

Antonio Jorge Siqueira

Agricultura de Pernambuco e que teve como objetivo discutir a “crise da lavoura”, incluindo na pauta problemas como mão - de -obra nacional, efeitos das secas prolongadas e questões envolvendo o crédito e o subsídio à lavoura, etc. Curioso, - mas não tanto -, foi o esquecimento, da parte dos organizadores do Congresso do Recife, de convidar a representação da província do Piauí, o que denunciaria a prevalência de interesses hegemônicos do segmento agrícola canavieiro, no evento, em detrimento de outros setores da produção regional, dentre eles o algodoeiro. Demonstra, de certa forma, que a província de Pernambuco, no âmbito interno da região Nordeste, desempenha, no processo de regionalização, uma postura similar à que o Sudeste opera com relação ao nacional. O Piauí, entretanto, se fez representar pelo Prof. Coelho Rodrigues, lente da Faculdade de Direito do Recife e, como tal, foi uma voz dissonante que causou estragos na unanimidade discursiva da elite oligárquica açucareira regional. Sinal de que as costuras do poder, internamente às regiões, se dão a contrapelos de muitos e variados interesses, onde não são poucas as divergências. Não resta dúvida, entretanto, que o Congresso Agrícola do Recife esteve perpassado pela indignação da elite agrícola ante a política de exclusão da região no banquete nacional da “grande lavoura”. Naquela altura, com a predominância do café sudestino, já era muito difícil se defender a existência de uma grande lavoura nacional que não fosse a cafeeira e a defesa da cana- de -açúcar, como se verá, tornar-se-á um discurso estrategicamente denunciatório como aquele pronunciado pelo Dr. Manoel do Nascimento Portella, na abertura do Congresso Agrícola do Recife: *“A declaração oficial de - que seria para desejar que nessa reunião fossem simultaneamente atendidas as necessidades de toda a lavoura nacional e generalizados os benefícios que se projetam - despertara natural apreensão a aqueles que*

assim ficariam excluídos dos benefícios a outorgar” (TRABALHOS DO CONGRESSO AGRÍCOLA DO RECIFE: 1978, p. 55).

Na realidade, dupla exclusão: da cana -de -açúcar e de outras culturas bem como da própria região, onde Pernambuco liderava várias Províncias. E uma exclusão que reacende velhas feridas, antigos ressentimentos, o que induz a perceber que o recurso ao apelo identitário revela com clareza o anacronismo deste discurso regional (PERRUCCI: 1978, p. XVII-XVIII, In TRABALHOS DO CONGRESSO AGRÍCOLA DO RECIFE: 1978). É o que se lê no Relatório Anual da instituição que convocara o Congresso, em sua abertura oficial: *“Sim, meus senhores, o sanguinolento movimento revoltoso ou revolucionário (como o quiserem qualificar) de 1848, e a concepção do pleno (sic) direito de representação das minorias (hoje consagrado em nossas leis, imperfeitamente embora) brotaram pelo mesmo motivo, repito-o, e a um tempo aqui nesta mesma terra de 1817 e 1824; nesta terra que já desde o século décimo sétimo sabia heroicamente manter-se brasileira, até mesmo quando a coroa portuguesa havia disso perdido as esperanças”* (TRABALHOS DO CONGRESSO AGRÍCOLA DO RECIFE: 1978, p. 10-11). Discurso regional identitário onde a indignação pela exclusão é perpassada pelo nítido sentimento de identidade e pertença de quem possui tradição de enfrentamento e resistência a semelhantes práticas de exclusões e discriminações, como é o caso do Nordeste.

A hegemonia do Sudeste, fazendo uso do aparelho de Estado Imperial, aguça o processo de construção da regionalização em novas bases, posto que provoca o ressentimento das outras regiões que vão buscar na memória da sua história a afirmação de sua identidade. O discurso identitário, por outro lado, evoca um sentimento de pertença - a brasilidade, por exemplo - que não deixa de ser uma maneira de enfrentar e afrontar a hegemonia do poder nacional/regional sudestino. Afi-

Nação
e Região:
os discursos
fundadores

Antonio Jorge
Siqueira

nal, na expressão discursiva dos relatores da Sociedade Auxiliadora de Pernambuco a nordestinidade era um penhor da brasilidade e, naquele momento, da nacionalidade em consolidação.

Como o Congresso Agrícola do Recife era uma resposta contestatória ao Congresso Sinibú, o conteúdo de seus discursos, de suas análises e dos seus encaminhamentos, por conta do que aqui se assinalou, será eminentemente político. É o que se depreende de uma passagem do discurso inaugural que abre os trabalhos dos congressistas: *"Emudeçamos nossas queixas! Sejam dissipadas as nuvens tempestuosas! Eia, meus senhores, ainda com esforço ponhamos de parte nossas mágoas, cooperemos com as nossas irmãs do sul na grande obra da prosperidade da agricultura brasileira. Nisto haverá esta única diferença; lá o cometimento patriótico parte de cima para baixo, quando aqui já partiu antes e continua, mas de baixo para cima; lá haverá, sem dúvida o prestígio do poder, mas aqui, nesta mesma sociedade.... (...) o genuíno, espontâneo e generoso como um coração de pernambucano tradicional"* (TRABALHOS DO CONGRESSO AGRÍCOLA DO RECIFE: 1978, p. 20). Sem dúvida que a idéia de nação se instituiu, também, através da evocação de sentimentos próprios de uma grande família, conforme se vê acima. Mas, mais que isto, aqui, a identidade reclama a importância de se afirmar quem são os fiéis depositários da melhor tradição de brasilidade.

Este discurso, além de eminentemente político, é, igualmente, ideológico. Perruci já chamara a atenção para o fato de que este Congresso Agrícola do Recife profere um discurso ideológico bastante importante, não somente frente à realidade nordestina, mas principalmente frente à realidade nacional em sua totalidade. Desnuda, naquele momento, a situação de discriminação regional, ao mesmo tempo em que denuncia os problemas a serem enfrentados, no futuro, pela nação em função das

desigualdades regionais. E concluiu afirmando: "discurso ao mesmo tempo anacrônico e profético, quer dizer, duplamente fora do seu tempo" (PERRUCI: 1978, p. XVII, In TRABALHOS DO CONGRESSO AGRÍCOLA DO RECIFE: 1978).

Nesta refrega de afirmação da identidade de interesses e sua pertinência com o discurso regional, os barões do açúcar do Nordeste aproveitam o espaço do congresso para jogar sobre o poder central a responsabilidade da "barbárie" e da perversão geradoras das desigualdades e discriminações. Os malefícios da discriminação, portanto, se originam num "outro" que passa a ser estranho malfeitor ou, na expressão do "Jornal do Recife", "negligente obstinado". A barbárie será patrocinada pelo Estado, o que equivale a dizer, por quem controla o Estado. No caso, o Nordeste, joga sobre o governo imperial a culpa pelos atropelos que sofre a agricultura das províncias: *"Não estão cá as causas primordiais de nossos atropelos. (...) E são eles: o tesouro nacional, o peso dos tributos, o vai e vem do câmbio"*. Para os nordestinos, a centralização abusiva e sufocante do Estado que esmaga a região e uniformiza o nacional tem solução, dentre outras, sugere-se que as ações de governo sejam descentralizadas... *"Que não sejam de uma encantadora uniformidade, completamente absona com a variedade das zonas do Império"* (TRABALHOS DO CONGRESSO AGRÍCOLA DO RECIFE: 1978, p. 21). Ou seja, é necessário que o Estado se desvencilhe de quem dele se apropria, atropelando com o nacional a diversidade regional.

Reconhecendo o favorecimento de umas regiões em detrimento de outras, como é o caso da disparidade entre o Norte e o Sul, vem a evocação ideológica da guerra brasileira, da luta descolonizadora, dos sentimentos restauradores prenes de irredentismo que tanto sangue fizeram derramar. São valores que presidem a nordestinidade e, na concepção dos congressistas canavieiros, é o que de melhor

Nação e Região: os discursos fundadores

Antonio Jorge Siqueira

se pode evocar contra quem pratica o segregacionismo excludente dos benefícios do Estado Imperial.

Reiterador de uma identidade que se afirma na tensão do poder, possibilitando a sobrevivência nesta luta de morte, o discurso identitário emerge em meio a uma nítida consciência da nacionalização excludente e da consequente desigualdade política imperante no centralismo do Império: *"Sou brasileiro, sou filho do Norte; amo a minha pátria, meu Brasil; mas coro, estristeço-me por tanto servilismo, tanta corrupção! Se as províncias do Sul têm sido mais favorecidas e se, em consequência desta preferência, elas estão mais ricas, é porque os seus filhos, os filhos que as representam não se abrigam, não se curvam a sombras alheias: encaram o sol de frente como as águias nas altas regiões da atmosfera..."* (TRABALHOS DO CONGRESSO AGRÍCOLA DO RECIFE: 1978, p. 69). Entende-se, portanto, como e porque o processo de construção e consolidação do nacional atropela o regional e em que medida ficará mais difícil o espaço nacional comportar os distintos desenhos do mosaico regional, de Norte a Sul, por exemplo.

O discurso comemoração

No Nordeste, outra variável deste discurso identitário que visa garantir a sobrevivência do regional ante a emergência niveladora do nacional, na sua expressão de modernidade política e gerencial, consiste na freqüência com que a grande elite regional, especialmente em momentos de crise e transição, visita valores da tradição cultural e histórica. Com isto, tenta-se agregar uma densidade apaziguadora no esforço de reconciliação com o passado, diante de um futuro, se não ameaçador, pelo menos desestabilizador. Este "outro" ameaçador-desestabilizador, real ou imaginário, pode ser um novo pólo de poder portador de uma nova política ou porta-voz de um novo discurso e de uma nova visão de mundo. Pode ser, também, uma nova van-

guarda cultural, protagonista de uma nova estética e inovadora estilística ou um novo ciclo de acumulação econômica com redefinição da tecnologia e rebatimento no mundo do trabalho. Igualmente, poderia ser uma mudança social que condiciona rearranjos no Estado e na representação política. Em todos estes casos de mudança, a discussão e os debates contemplam a reconciliação do presente com o passado, evocando-se a tradição e a memória históricas (ARENDE: 2002, p.77).⁶ É o que denominamos de discurso comemoração.⁷ O Sr. Vicente Cysnero, por exemplo, numa de suas falas do Congresso Agrícola do Recife, afirma o seguinte: *"Pernambuco, pátria de heróis; Recife, esta pérola do norte, será condenado ao olvido; o seu porto se obstruirá com as areias; seus edifícios cairão em ruínas; suas ruas se cobrirão em ortigas; seus campos servirão de asilo aos salteadores; e vós, ó belas pernambucanas sereis como as filhas de Moab, não tereis pátria"* (TRABALHOS DO CONGRESSO AGRÍCOLA DO RECIFE: 1978, p. 69). No turbilhão das mudanças exigidas pelo Brasil afora, neste momento de transição e de final de século, O Nordeste - e nele, Pernambuco, de modo especial -, é pródigo deste tipo de discurso comemoração pela densidade de sua história de engajamento das elites e oligarquias na defesa do patrimônio, dos seus interesses financeiros, escondendo ou reiterando a mesmice no cultivo de uma imagem de bravura que plasma a sua identidade de província rebelde (MELLO: 1997, p. 31-70). Como afirmava Perruci, este é um discurso ideológico e anacrônico, pois está duplamente fora de lugar. Afinal, nas proximidades da República e do advento do trabalho livre, a região através de suas elites, persiste em reconstruir a escravidão sob outros disfarces, em manter a submissão da agricultura ao comércio, em beneficiar-se das migrações inter-regionais, em continuar praticando a corrupção eleitoral, a bajulação desenfreada ao poder, em ser conivente

Nação e Região: os discursos fundadores

Antonio Jorge Siqueira

com a falta de independência do judiciário e acatar as nomeações de prepostos do poder central para os cargos de representação popular (PERRUCCI: 1978, p. XIX, In TRABALHOS DO CONGRESSO AGRÍCOLA DO RECIFE: 1978).

Como na região Nordeste as crises têm se redefinido no tempo, o seu passado e a tradição não serão objeto de “*comemoração*” a serem utilizados pela elite no reforço do discurso produzido em defesa das mudanças a serem empreendidas e sim dos interesses a serem preservados. Trata-se de cultivar esta memória, transformando-a em momentos fundadores e, portanto, míticos de algo que está umbilicalmente ligado ao seu *modus essendi*, a sua idiosincrasia, a sua identidade, porém de modo estrategicamente conservador. E como se sabe que a identidade é demarcatória de especificidades em espaços coletivos - a identidade se afirma diante *de outrem* ou perante *o outro* -, o discurso comemoração normalmente se faz em momentos especiais - no nosso caso, crise ameaçadora - em que necessário se faz afirmar a identidade.

Os gregos, por exemplo, têm uma relação significativa com a história no sentido de cultivo da memória e de preservação da sua identidade, ante a ameaça que lhes representavam os bárbaros.⁸ Sua história, dentre outras características, atrela, de modo particular, o instituto da “comemoração”⁹ e que será lugar comum no desenvolvimento ulterior da historiografia, até como recorrência deste “*experenciar identitário*”, em termos de saber e prática. Para eles, “*comemorar*” era muito mais que “*rememorar*”. No ritual da comemoração instaurava-se a representação das origens. Na comemoração, o grupo se reconhece e fortalece a sua pertença identitária. A rememoração - visitar as lembranças - não implica necessariamente algo fundante e definidor das origens. A comemoração, ao contrário, é mítica, ou seja, identifica, refunda, fortalece, revive, torna

instituinte o que é instituído, usando a terminologia de C. Castoriadis. Através da comemoração, a história grega recuperava o caráter de narrativa fundante/refundante de um espaço identitário e tensionante posto que, construído em confronto com outras identidades ameaçadoras. Agrega, portanto, conflito de forças. Normalmente, a comemoração grega, como as romanas e, na esteira da cristandade, também as nossas, incorporam um caráter festivo e de ritual alegre porque, na comemoração, o homem se perpetua para o coletivo e sobrevive no tempo, a despeito de sua mortalidade.

Fica claro que a elite agrária nordestina, - e a pernambucana em especial -, neste momento, tem motivos para recorrer estrategicamente a este tipo de discurso comemoração, revisitando os momentos fundadores de sua trajetória e construção histórica. Cai, então, como uma luva, a recomendação do representante da província do Piauí, Dr. Antônio Coelho Rodrigues, numa das sessões do Congresso Agrícola do Nordeste: “*Quando nos virmos em uma situação crítica, ou em uma condição miserável, antes de olharmos para o céu e clamarmos pela Providência, olhemos primeiro para nós mesmos. Se a Providência não destroi a liberdade, nós somos, em grande parte, ou quase exclusivamente, os autores de nossa boa ou má sorte*” (TRABALHOS DO CONGRESSO AGRÍCOLA DO RECIFE: 1978, p. 80).

O discurso denúncia

Na difícil construção e consolidação do nacional, a região emerge no conturbado cenário de transição como contra-poder que se manifesta com um naipe de reivindicações. Estamos diante de um discurso denúncia que, por isto mesmo, adquire força de interpelação, ganha forma e conteúdo neste complexo processo de afrontamento e de tensão das relações entre o regional e o nacional. Entretanto, identifica-se algo mais nesta interpelação da nação pela re-

Nação
 e Região:
 os discursos
 fundadores

Antonio Jorge
 Siqueira

Nação
e Região:
os discursos
fundadores

Antonio Jorge
Siqueira

gião e que ajuda a elucidar um pouco desta complexidade, como se poderá verificar. À medida que se aprofunda este processo de diferenciação e desigualdade política, econômica e social dos espaços em questão, os atores sociais se fazem presentes, denunciando, protestando, reclamando. Claro que este caráter denunciatório é muito típico de províncias como Pernambuco, já em longo processo de periferização. Só que, neste momento, a contestação regional se direciona para objetivos bastante específicos em função de um novo cenário de demandas. É o caso do discurso denúncia.

O discurso denúncia, além de incorporar novas formas e conteúdos -, o ressentimento e a virulência, por exemplo -, têm endereço certo: a corte, capital do Império, espaço emblematicamente centralizador e referenciador do Estado que se pretende nacional e, a partir do qual os outros espaços vão se tornando do ponto de vista político e econômico cada vez mais subalternos e periféricos. O caso de Pernambuco talvez seja exemplar porque liderava um discurso nordestino, regional, periférico e anacrônico. Gervásio Pires Ferreira, proeminente liderança política de Pernambuco, em 1865, expressava o sentimento de que o Rio de Janeiro, assumindo todo o poder, não daria à província aquela importância a que fazia jus. Na sua denúncia, "(...) as províncias formam um todo de partes, que têm igualmente direito às vantagens do governo social; cumpre que o governo supremo olhe para elas não como entidades a que dispense favores, mas como personalidades a que deve justiça e até certo ponto, consideração, porque não vivemos só da materialidade. Devemos aspirar aos meios materiais que pode o governo supremo dar, e devemos também querer que se nos contemple com amor e se considere o nosso melindre" (Editorial do "Diário de Pernambuco" de 03 de janeiro de 1865, In MELLO: 1962, p. 53). Atente-se para o final da citação: "... que se nos contemple com amor e se considere o nosso melindre". O

apelo amoroso subentende um sentimento filial dirigido à figura do Imperador, fiador do poder e da política no Império. Quanto aos melindres, este é comum aos embates do duro jogo do poder. Nesta citação de Gervásio Pires, na imprensa pernambucana, estão presentes alguns aspectos deste discurso denúncia, dos quais o mais significativo é o regional interpelar o nacional principalmente sua política de hegemonização em curso. Por isto mesmo merecem nossa atenção. O Sudeste, entretanto, através de suas lideranças já acusava o Nordeste de chorar sobre o leite derramado, como neste diálogo acirrado de dois deputados, - Aristides Espínola e Carneiro da Rocha registrado nos Anais da Câmara, em 1885, denunciando o tráfico de influência praticado pela Bahia: "*Não falta quem compare a província a um enorme polvo a estender os tentáculos pela superfície do Império. Se essa preponderância existe, ela se limita aos empregos públicos. Esgotamos aí nossa atividade; de sorte que a pretendida influência se reduz à isto - colocação dos filhos da Bahia em empregos públicos. Quanto, porém, aos melhoramentos materiais da província, ao desenvolvimento dos seus grandes recursos, à expansão das forças produtivas; quanto à política industrial - de que nos tem servido esta influência?*" (MELLO: 1984, p. 185). Como se depreende, à política de favores pródiga no Nordeste se contrapõe o discurso da modernidade triunfante da industrialização.

Neste tipo de discurso denúncia, por exemplo, sobressaem as queixas e os ressentimentos, através dos quais se afiguram um modo emblemático do regional interpelar o nacional. É o prenúncio do que, no futuro, será uma reiteração do conteúdo discursivo que a região Nordeste, através de suas elites, projetará sobre a política nacional. E com decisivas implicações para a consolidação dos imaginários através dos quais - discursos, percepções e imagens - o regional será calibrado pelo

nacional, mormente o nordestino e vice versa, como se viu na denúncia feita pelo Sr. Aristides Espínola (ALBUQUERQUE JUNIOR: 1999, p. 41 *et passim*).

O que se denuncia, finalmente? Do ponto de vista econômico denuncia-se a indisponibilidade de capitais e crédito na região, a dívida escorchante dos produtores rurais, os impostos excessivos, a devastação pelas secas que se tornaram mais intensas no período. No que tange às políticas econômicas do Império, a denúncia é contundente. Denuncia-se o centralismo privilegiador do Sudeste, o Banco do Brasil como instrumento de concentração econômica do Sul, o café como monopolizador da política econômica do governo, a ausência de vias de comunicação e escoamento da produção regional e, finalmente, a falta de uma política incentivadora de uma instrução voltada para o aperfeiçoamento profissional. Evaldo Cabral é enfático em sua afirmação a este respeito. "Ao ruir o regime monárquico em 1889, não havia província do norte que não tivesse agravos a contabilizar contra o que considerava interesses vitais negligenciados pela política de 'melhoramentos materiais' da Corte do Rio" (MELLO: 1984, p. 191). Como se vê, o discurso denúncia pode até ter sido o "canto do cisne dos barões do açúcar", no entanto, por sua percepção aguda, estava muito à frente do seu tempo e, neste sentido, ele foi profético com relação ao que mais tarde se verificaria no que concerne aos desníveis regionais no Brasil.

O discurso estratégico

Um outro discurso que será reiteradamente utilizado e visitado no processo de regionalização é o discurso estratégico que pode ser considerado uma variante do discurso denúncia. Ele também visita a opinião pública veiculada pelos jornais pernambucanos, anteriormente citados. Este tipo de discurso tem como característica principal acentuar e exacerbar as diferenças entre as regiões - o Norte ainda conti-

nua persistindo como referência - e o Sul, sede da Corte, onde o Estado é balizador do nacional sob hegemonia da modernidade gerencial "sudestina". Quando o discurso nordestino, neste momento, asseta suas baterias contra esta diferenciação, está estrategicamente ressaltando a discriminação perpetrada entre regiões pelo governo central assim como a miséria causada pelo atraso tecnológico e pela inclemência do clima, destacando-se, com grande ênfase as estiagens prolongadas. O estilo do velho discurso da seca é um belo exemplar. É estratégico, sim, para barganha das elites. Assim clamava a elite pernambucana, no final do Império: *"Influências de ordem política têm concorrido para que mais se caracterize e acentue a diferença entre o Norte e o Sul do Brasil. No Sul está o governo, a cujo influxo imediato tudo se anima e desenvolve, a cujo contacto vivificam-se as indústrias, com cujo fomento as forças naturais fazem a riqueza do país"* ("Diário de Pernambuco", artigo de autoria de Maciel Pinheiro, 11 de outubro de 1876 In MELLO: 1962, p. 55). Como se vê, não se trata de uma simples constatação, mas sim, de um argumento através do qual se denunciam as desigualdades de tratamento político de parte do governo. Não há como deixar de reconhecer que, mesmo sendo denunciatório - portanto, ideológico -, este discurso, na prática, torna-se eminentemente estratégico na defesa dos interesses dos segmentos oligárquicos. Entre outros objetivos, sua estratégia consiste em se fazer perceber não como pleito de um segmento localizado e específico e, sim, da região inteira que, através deste discurso, interpela o nacional.

Apontar, também, para os movimentos sociais dos excluídos que, naqueles idos de 1874, se originam na assimetria do poder regional e nacional torna-se uma prática muito comum e usada como estratégia: *"E o fato é que o Norte morre enquanto o Sul prospera. O levantamento dos quebrquilos é o brado de uma população faminta*

Nação
e Região:
os discursos
fundadores

Antonio Jorge
Siqueira

e miserável, que há ainda de fazer-se ouvir mais fortemente" ("Diário de Pernambuco", artigo de autoria de Maciel Pinheiro, 11 de outubro de 1876 In MELLO: 1962, p. 56). É mais uma ameaça que um reconhecimento da legitimidade social e política destas lutas. Este recurso estratégico será novamente posto em prática pelas elites fundiárias do sertão baiano por ocasião da guerra de Canudos, ocasião em que Antônio Conselheiro amedrontou muitos deles com a sua liderança carismática (SAM-PAIO: 1999, p.37).

Por isto mesmo, torna-se muito recorrente, no caso deste discurso estratégico, a ambigüidade com que se refere à opinião pública veiculada pela imprensa, como em Recife, no último quarto de século, a respeito dos movimentos sociais e das sublevações populares. *"Essas populações não têm confiança alguma em ninguém, nem mais esperança de melhora pelos meios conhecidos, pois que por esses meios marcharam elas de dia em dia no caminho das privações e das necessidades. Essas populações depravadas pela obstinada negligência do governo, privadas de todos os favores da civilização, não conhecem outros recursos, outros meios de ação, que não sejam estes movimentos desordenados, essas agitações violentas, própria de sua natureza inculta e bravia"* ("Jornal do Recife", 1875, In MELLO: 1962, p. 56-57).

Daí se depreende que, na hora de defender os interesses regionais, vale tudo, inclusive utilizar-se dos movimentos sociais como estratégia de barganha contra a hegemonia do nacional, aqui denominado pura e simplesmente de governo. "O Estado é, na verdade, um campo de luta privilegiado para as disputas regionais. Ele não demarca os limites político-institucionais das regiões, mas pode vir a legitimar ou não estas demarcações que emergem nas lutas sociais" (SILVA MELLO; VOGEL: 1989, p. 190 e seguintes). Aliás, as elites oligárquicas regionais serão extremamente pró-

digas deste tipo de comisseração pelos excluídos na medida em que isto venha resultar em proveito próprio. Na guerra dos governos estadual e federal contra Antônio Conselheiro, muitos coronéis aparentavam compaixão pelos miseráveis excluídos que se acercaram de Canudos. Percebe-se pois que o discurso estratégico é recheado de ambigüidades que tanto servem para condenar os movimentos dos excluídos - considerados como *"movimentos desordenados"* e *"agitações violentas próprias da natureza inculta e bravia"* - como um instrumento para se posicionar contra o governo central, rotulando-o pura e simplesmente de *"negligente obstinado"* ("Jornal do Recife", 1875, In MELLO: 1962, p. 55). É também estratégico para sua auto-legitimação, embora a contrapelo e a contragosto de sua visão de mundo de aristocratas e oligarcas. Ainda assim buscava-se tirar vantagens dos movimentos sociais. Segundo palavras do "Jornal do Recife", *"cumpre-nos a todos, que entendemos estas queixas grosseiras e brutalmente articuladas, sair em defesa do direito que elas encerram, da razão que as fundamenta. É ou não é verdadeiro o sofrimento dessas populações ignorantes e miseráveis? A sua evidência impõe-se a todos os espíritos"* ("Jornal do Recife", 1875, In MELLO: 1962, p. 56-57).

As razões e os argumentos do discurso estratégico, como se vê, prosperam no medo das elites diante do perigo das massas amotinadas, da miserabilidade com seus riscos imprevisíveis e na fome que aponta para situações incontroláveis. É um discurso estratégico porque estas condições de miserabilidade e suas consequências não deveriam trazer resultados para as oligarquias regionais. É muito menos para a nação que passa a ser interpelada primeiramente pelo discurso denúncia e, em seguida, pelo discurso estratégico, atribuindo-lhe a responsabilidade pelos desníveis sociais. Assim, ao nacional caberia a responsabilidade das assimetrias e desigualdades regionais.

Nação e Região: os discursos fundadores

Antonio Jorge Siqueira

Através deste discurso estratégico pontilhado de queixas, de melindres, de sofrimentos e de reclamações as oligarquias protagonizam a emergência e dão consistência ao discurso regional. Regiões em confronto posto que os discursos só têm sentido entre interlocutores e atores sociais, explicitando conflitos, reforçando demandas e defendendo interesses, na arena do jogo do poder. De um lado do Império, as regiões ao Norte. É através delas que as oligarquias interpelam estrategicamente outra região que protagoniza a nação, sob a liderança de outros segmentos que controlam o governo imperial, centralizador. Este será o outro cenário regional, do outro lado deste mesmo Império, ao Sul. Assim se desenrola e se tece a trama e a tessitura histórica-política do jogo de poder que viabiliza e dá consistência ao processo de regionalização. Segundo Albuquerque Jr., "a noção de região, antes de remeter à geografia, remete a uma noção fiscal, administrativa, militar (vem de *regere*, comandar). Longe de nos aproximar de uma divisão natural do espaço ou mesmo de um recorte do espaço econômico ou de produção, a região se liga diretamente às relações de poder e sua espacialização; ela remete a uma visão estratégica do espaço, ao seu esquadrinhamento, ao seu recorte e à sua análise, que produz saber" (ALBUQUERQUE JUNIOR: 1999, P. 25).

O discurso estratégico que se classifica como uma variante do discurso denúncia é muito importante para se compreender e responder esta questão da divisão e subordinação dos espaços à trama do poder. Através dele as oligarquias nordestinas denunciam o que eles mesmos denominam de "acumulação da vida". Poderia ser dito pura e simplesmente acumulação moderna de lucros, gerados no progresso da indústria, distribuída e viabilizada pelo mercado que, na região Sudeste dispõe de braços para o trabalho, de vias de escoamento da produção, etc. Em contraposição, naquele outro lado do Império, ao

Norte, a vida fenece e se amofina, tudo pela persistência da acumulação primitiva do capital comercial. Neste espaço ao Norte, a ignorância, o atraso e a miséria contrastam com o progresso da nova fase do capitalismo sulista, que agora passa a ser definidor e fiador do nacional, contrastando assimetricamente pelas desigualdades sociais, econômicas e diferenças da qualidade de vida de outras regiões.

Portanto, é desta assimetria econômica, social e histórica que se aproveita estrategicamente a elite oligárquica nortista para dar consistência e consolidar o espaço regional nortista, protagonizado na produção e na dizibilidade dos seus discursos, entre eles, o da denúncia da preterição regional contraposta à nação, - governo central aliado ao Sul - como no trecho do "Jornal Recife": "*Não vê o governo que a vida do Norte do Império foge e acumula-se no Sul? Que a lavoura e as indústrias amofinam-se? Que a ignorância, o atraso e a miséria vão dominando de dia em dia? Que os produtos do interior do país não podem competir com os seus similares, porque chegam ao mercado mais onerados de despesas que os outros, à falta principalmente de meios de transporte para o pessoal, para os instrumentos de trabalho e para os produtos? Porque não tem o governo o cuidado de remover essa causa tão dominante e tão denunciada dos sofrimentos, das queixas, das reclamações deste lado do Império?*" ("Jornal do Recife", 1875, In MELLO: 1962, p. 56-57). Como se pode perceber, o recado tem endereço certo, evidenciando o confronto inter-regional. "Na luta pela posse do espaço ele se fraciona, se divide em quinhões diferentes para os diversos vencedores e vencidos; assim, a região é o botim de uma guerra" (ALBUQUERQUE JUNIOR: 1999, p. 26).

Conclusão: o nacional atropela o regional.

De há muito que a centralização do Estado imperial-absolutista tentou abafar as manifestações de inconformismo das re-

Nação
e Região:
os discursos
fundadores

Antonio Jorge
Siqueira

giões disseminadas no espaço político-institucional da colônia e do país. Esta foi, aliás, a reiteração de uma prática constante que data do período colonial especialmente aquelas que pugnavam pela descolonização e independência, caso histórico das lutas sociais e republicanas, das insurreições políticas mineiras, baianas e pernambucanas, reprimidas todas a ferro e fogo pelo poder absolutista e imperial. A idéia de pátria-nação fica, pois, atravessada pela realidade do Estado, suas formas de governo, pela centralização de um lado e, de outro, pelas contradições históricas de inconformismos e sublevações regionais que desmistificam o conceito em suas conotações de uniformidade e de centralismo administrativo que esvaziavam o incipiente processo de regionalização. Foram várias as oportunidades em que, no Brasil, o nacional amalgamou as especificidades, as particularidades que se manifestavam em termos de demandas, de reclamos, de insubordinações e rebeldias regionais. O Nordeste, aliás, e particularmente Pernambuco, são exemplo antecipatório de reação a estas práticas de pasteurização centralizadoras.

A reestruturação do espaço nacional se aguça e se incrementa com a redefinição na sua estrutura de forças sociais emergentes, historicamente associadas às mudanças na estrutura de produção que sinalizam novas formas de acumulação capitalista. Desde a sua fase comercial, na colonização, passando pelo o século XVII - com o ouro mineiro - e, pela segunda metade do século XIX - com o café paulista, - estas redefinições sinalizarão outros espaços, outras demandas, outros discursos, principalmente a partir da segunda metade do século XX. É o processo de regionalização em curso.

Entendemos ser crucial este processo no final do século XIX, na medida em que se verifica a redefinição das forças sociais do espaço nacional com a crise que determina a abolição da escravidão, o auge da

crise na produção e exportação açucareira, no Nordeste, com a emergência das usinas que debilita terminantemente a grande parcela de produtores ligados à agricultura canavieira, esteio da combatida e fragilizada economia regional. Como já se chamou a atenção, é o período da crise e falência do Império e a emergência de um novo pólo de poder no Sul que galvaniza, agora, o nacional com a proclamação da República. É uma nova fase de redefinição do capitalismo. Na análise de Perruci, não seria impróprio dizer que a economia agrícola algodoeira e açucareira do Nordeste que contribuía, até 1850, em mais da metade, para o Produto Interno Bruto, deixou escapar a oportunidade histórica de acumular, face aos vícios herdados do período colonial. E assim permanece, em compasso de espera, anacronicamente pré-capitalista e pré-industrial. Diferente do Sudeste, onde esta acumulação já se verifica com a economia do café, possibilitando sua posterior reprodução, possibilitando o capital industrial e uma moderna economia de mercado.

Isto tudo implica novos horizontes econômicos, políticos, sociais e culturais que se viabilizam através de novos códigos, novas racionalidades e parâmetros de modernidade burguesa, ancorados no cálculo, no risco e na ambição do lucro. Também novos parâmetros de uma modernidade gestinária em que predomina a cultura da eficiência e da racionalidade. Com isto, verifica-se uma distância cada vez mais alentada entre estes novos códigos e aqueles da matriz patrimonial, prevalentes sobretudo no Nordeste. Como contrapartida, a elite hegemônica deste novo pólo de poder "sudestino" será a fiadora do discurso nacional, na dinâmica de suas relações com os outros espaços regionais. Rompe-se a antiga dicotomia Norte e Sul na dinâmica deste processo hegemônico de poder.¹⁰ Multiplicam-se os espaços, para além daquela dualidade do eixo Norte e Sul. O espaço nacional se complexifica. Mas permanece encarniçada

Nação
e Região:
os discursos
fundadores

Antonio Jorge
Siqueira

a disputa de quem detém o poder e as competências do nacional, inclusive quanto ao discurso. Com certeza redefine-se o papel do Estado. Mas o Estado, sendo uma relação social, resta saber quem nele é hegemônico em termos de poder e quem, portanto, produz o discurso do saber competente (LEFORT: 1988).

O discurso nacional será pronunciado a partir de um espaço, o Sudeste cafeeiro que fará alianças estratégicas de unificação dos discursos, tornando este nacional mais visível a partir de imagens e paladares, dentre eles o café com leite. "O fato é que, a partir da impossibilidade histórica da acumulação se ter realizado no Nordeste, a região passa por um longo período de espera até que o núcleo se resolva, modificando seu padrão de acumulação, a submeter ao seu domínio real aquelas formações, onde as relações de produção restavam ainda pré-capitalistas" (PERRUCCI: 1978, p. XIII, In TRABALHOS DO CONGRESSO AGRÍCOLA DO RECIFE: 1978).

Ora, esta hegemonia do poder pelo discurso nacional e sua incidência sobre emergência de outros espaços políticos regionais não se operou apenas com a proclamação republicana. Já se gestava nas dores da crise que atrelava, no país, a redefinição das formas capitalistas de acumulação: do capital comercial para o industrial. Nesta relação histórica as forças sociais falavam a partir de seus interesses e, para facilitar esta pertença, aludia-se à existência histórica de espaços que eram detentores de meta-significações, como vimos. É exemplar também do modo como o nacional, neste processo, atropela o regional.

Entretanto, esta tendência niveladora da hegemonia do nacional sobre o regional produzirá fortes interpelações locais, especialmente nas primeiras décadas do século XX e, o que é auspicioso, a partir do campo da cultura. Com isto, sinaliza-se a emergência de um novo gradiente de argumentos em contraponto ao dualismo

político regional-nacional de então. Vale aqui o registro da publicação, no Recife, em 1925, do *Livro do Nordeste* que, concebido para homenagear o centenário do sóbrio "Diário de Pernambuco", sob a liderança do então jovem intelectual Gilberto Freyre, recém-chegado dos ambientes acadêmicos da América do Norte, constituiu-se num fértil repertório de novos argumentos portadores de uma enorme contribuição para a redefinição e reavaliação dos conceitos de região e de nação. Obra plural, incluindo vários autores e de variados perfis, todos se debruçam em argumentos que ressaltam os valores perenes e mais característicos da região, alargando, pois, o próprio conceito de região, trazendo o foco de sua discussão para o emblemático processo de modernização, percebido por Freyre como enigma a ser decifrado.

Decerto um perfil identitário, comemorativo e saudosista, marca a argumentação desta obra. Afinal, ela acontecia no Nordeste. Como acerto de contas entre o presente e o passado, vai fundo em sua argumentação, na crítica ao processo da longa transição para a mudança a que está submetida a região. Valores que a modernização não poderia nem lhe caberia exorcizar. Evocador de uma memória que, a partir daí, deveria dar mais consistência ao nacional, como nos versos do poeta Manoel Bandeira, um dos autores do *Livro do Nordeste*, onde "cada verso seu é uma lâmina geológica a denunciar um tempo pretérito", sim, mas percebendo que nele, "sustos e prazeres inaugurais confundem-se com a descoberta de uma língua desobediente e molecona; a pontuação, ou a sua falta, perseguem o atropelo da lembrança" (DIMAS: 1976, p. 23-43, citando FREYRE: 1952, p. 30).¹¹ Estamos, assim, aflorando o rico debate que, nas primeiras décadas do século XX, no Sul, em São Paulo, com Mário de Andrade e no Nordeste, em Recife, com Gilberto, ensejam a renovação cultural do país e que serão apenas sinalizadores de um aprofundamento do processo de

Nação
e Região:
os discursos
fundadores

Antonio Jorge
Siqueira

regionalização pelas contradições do modo de produção capitalista. Ainda para o nosso propósito, com o Primeiro Congresso Regionalista do Recife, em fevereiro de 1926, materializa-se um fecundo esforço de determinar um "ethos" nacional, mesmo que partindo de uma região específica, como o Nordeste. Segundo o Manifesto Regionalista do Recife, a segmentação do país em regiões sinalizava uma enorme fecundidade do ponto de vista cultural e político, "*pois de regiões é que o Brasil, sociologicamente, é feito, desde os seus primeiros dias. Regiões naturais a que se sobrepuseram regiões sociais*", concluíram os autores (FREYRE: 1952, p. 50). Para além disto, o conjunto da obra Freyreana, especialmente a trilogia *Casa Grande & Senzala, Sobrados e Mucambos e Ordem e Progresso* que foram publicadas a partir da década de trinta, com suas razões e argumentos em torno do progresso e da tra-

dição, com certeza dá continuidade ao grande debate em torno de um processo histórico que se gestava muito antes da década de vinte do século findo. É precisamente a exacerbação de uma relação que se estabelecia entre o regional e o nacional, nesta tensa transição da vida brasileira que vai do final do Império aos primeiros dias da República. Um processo agônico de interpelação da região pela nação que culmina com esta espécie de atropelamento político gerado no bojo das contradições da acumulação capitalista, viabilizada pela modernidade burguesa e pela ideologia do progresso que foram tão bem interpelados por Gilberto Freyre. Mas isto já é um desdobramento posterior ao nosso objetivo que sinaliza outro momento do regional e do nacional, na interminável trama da sua tessitura histórica protagonizada pelos atores sociais.

Nação
e Região:
os discursos
fundadores

Antonio Jorge
Siqueira

Bibliografia

- ALBUQUERQUE Júnior, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.
- ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- ARENDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- AURIAC, Franc e BRUNET, Roger (org) *Espaces, Jeux et Enjeux*, Paris: Fayard/ Fondation Diderot, 1986.
- AZEVEDO, Neroaldo Pontes de. *Modernismo e Regionalismo: os anos 20 em Pernambuco*, João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1984.
- BOURDELAIS, Patrice e LEPETIT, Bernard. "Histoire et Espace". In: *Espaces, Jeux et Enjeux* (org. Frank Auriac e Roger Brunet), Paris: Fayard/Fondation Diderot, 1986.
- CHAUI, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- DIMAS, Antônio. "Um Manifesto Guloso". Apresentação In FREYRE, Gilberto. *Manifesto Regionalista*. Recife: 1976, Editora Massangana, p. 23-43.
- FREYRE, Gilberto. *Manifesto Regionalista*. Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, Recife: v. 1, n.º 1, jan.-dez., 1952, p. 21 - 43.
- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. "Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional". In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.º 1, 1988, pp. 5-27.
- LEFORT, Claude. "A Filosofia Política diante da democracia moderna". In: *Filosofia Política 1*, Porto Alegre: L&PM, 1988, p.131-142.
- LEFORT, Claude. *Pensando o político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 23-36.
- LEITE, Dante Moreira. *O Caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. São Paulo: Pioneira, 1976, 3ª edição.
- LEVY, Jacques. "L'Espèce et le Politique: Quelles Rencontres?". In: *Espaces, Jeux et Enjeux*, (org. Frank Auriac et Roger Brunet), Paris: Fayard/Fondation Diderot. 1986.
- MARANHÃO, Sílvio M. (org) *A Questão Nordeste: estudos sobre formação histórica, desenvolvimento, processos políticos e ideológicos*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984
- MARTINS, Roberto. "Nordeste pensado, Nordeste Pensante, Cultura mais que Interessante". In: MARANHÃO, Sílvio M. (org) *A Questão Nordeste: estudos sobre formação histórica, desenvolvimento, processos políticos e ideológicos*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. "Do Império à República". In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: vol., 2, n.º 4, 1989, p.163-171.
- MELLO, José Antônio Gonsalves de. "Por uma História do Império vista do Nordeste". In: *Estudos Universitários*, Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Imprensa Universitária, v. 1 - jul/set, 1962, p. 51-60.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana.*, Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte Agrário e o Império: 1871 - 1889*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL, 1984.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste, Planejamento e conflito de classes*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. "As festas que a República manda guardar", *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n.º 4, 1989, p. 172-189.
- PENNA, Maura. *O que faz ser nordestino: identidades sociais, interesses e o "escândalo" Erundina*. São Paulo: Cortez Editora, 1992.
- PERRUCCI, Gadiel. "Introdução", *Trabalhos do Congresso Agrícola do Recife*, Recife: CEPAP/PE, 1978.
- POLLAK, Michael. "Memória e Identidade Social". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n.º 10, 1992, pp. 200-215.
- REZENDE, Antônio Paulo. *(Des)Encantos Modernos: a cidade do Recife na década de 20*. Recife: FUNDARPE, 1997.

SAMPAIO, Consuelo Novais (organizadora), *Canudos: cartas para o Barão*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

SILVA MELLO, Marco Antônio e VOGEL, Arno. "Monarquia contra República: a ideologia da terra e o paradigma do milênio da 'guerra santa' do Contestado", *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, vol. 2, n.º 4, 1989, p. 190-213.

SILVEIRA, Rosa M. Godoy, *O Regionalismo Nordestino: existência e consciência da desigualdade regional*. São Paulo: Modema, 1984.

TRABALHOS DO CONGRESSO AGRÍCOLA DO RECIFE. (*outubro de 1878*). Edição fac-similar comemorativa ao Primeiro Centenário 1878 - 1978, (introd.) de Gadiel Perruci), Recife: CEPA/PE, 1978.

Nação
e Região:
os discursos
fundadores

Antonio Jorge
Siqueira

Notas

¹ Diretor do Instituto de Pesquisas Sociais da Fundação Joaquim Nabuco.

² O Conselho Nacional de Estatística, em 1938, introduziu a divisão regional do país, em número de cinco, onde aparece o Nordeste formado pelos estados que vão do Ceará a Alagoas. Posteriormente, em 1942, o IBGE redefiniu um outro Nordeste formado pelos estados que vão do Maranhão a Alagoas que, por sua vez, no final dos anos 60, tornar-se-á maior, incorporando, desta vez, nove estados que vão do Maranhão à Bahia e que ainda se reconhece como tal até hoje. Cabe observar o que Evaldo Cabral de Mello já anotara, qual seja, o Brasil, no longo período que vai do Império ao ocaso da chamada República Velha (1822-1930) só conhecia duas regiões. As províncias e, posteriormente, os estados do Norte – da Amazônia à Bahia – contrapondo-se as províncias e estados do Sul – do Espírito Santo ao Rio Grande. Portanto, apenas Norte e Sul, sem nada de Nordeste, nem Sudeste e Centro-Oeste. Conforme artigo de Roberto Cavalcanti de Albuquerque, intitulado “Os vários Nortes”, publicado no Diário de Pernambuco de 15 de agosto de 2002.

³ Dentro desta perspectiva histórico-sociológica, o tema tem recebido um refinamento conceitual e teórico significativo, cabendo serem citados dentro deste contexto os estudos em torno da “Questão Regional”: PERRUCCI, 1978; MARANHÃO: 1984; SILVEIRA: 1984; MARTINS: In MARANHÃO: 1984, p. 103-115; OLIVEIRA, 1981; PENNA, 1992; e ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999.

⁴ Neste trabalho, emprestamos à “região Nordeste” o sentido que lhe é conferido por Francisco de Oliveira, nos aspectos históricos de natureza econômica e política, reconhecendo o papel hegemônico que aí é desempenhado por Pernambuco ante alguns estados da região, nos limites da produção e cultura sucro-alcooleira (OLIVEIRA: 1981, p. 32 e seguintes).

⁵ A discussão em torno desta apreciação histórica do conceito de nação e o papel nela desempenhado pelo Estado e pelas elites letradas pode ser aprofundada em: LEITE: 1976; GUIMARÃES: 1988, p. 5-27; e CHAUÍ: 2000, p. 11-29.

⁶ Na percepção de Hannah Arendt, para os poetas e os historiadores (Homero, Heródoto, Tucídides) “o louvor, do qual provinha a glória e, eventualmente, a fama eterna, somente poderia ser outorgado às coisas já ‘grandes’, isto é às coisas que possuíssem uma qualidade emergente e luminosa que as distinguisse de todas as demais e tornasse possível a glória. Grande era o que merecera imortalidade, o que deveria ser admitido na companhia das coisas que perduraram para sempre, envolvendo a futilidade dos mortais com sua majestade insuperável. Através da história os homens se tornaram quase iguais à natureza, e unicamente os acontecimentos, feitos e palavras que se ergueram por si mesmos ao contínuo desafio do universo natural eram os que chamaríamos de históricos”.

⁷ Para uma discussão relevante em torno dos temas mito fundador, memória e identidade nacionais, como construção histórica e relação de poder, ver POLLAK (1992: p. 200-215). Estabelecendo uma correlação entre a tradição republicana e a comemoração festiva com vistas a dar coesão social e legitimidade à nação, ver OLIVEIRA (1989: p. 172-189) e CHAUÍ (2000: p. 9 *et passim*).

⁸Veja-se, por exemplo, a instituição do *mnémon* (lembrança, testemunho) e *mnémones* (juizes da memória) que, com a escrita, se transformam em *arquivistas*. Com o passar do tempo, erigiram *Mnémosine* como deusa da memória.

⁹ Utilizado aqui no sentido do vocábulo latino *commemorare*.

¹⁰ Francisco de Oliveira, na década de 70, seguindo a vertente marxista, analisa este processo como sendo regido pela “lei de desenvolvimento desigual e com-

Nação e Região: os discursos fundadores

Antonio Jorge Siqueira

binado" (OLIVEIRA: 1981, p. 30 *et passim*).
" Não resta dúvida e muito menos se questiona o papel e a liderança de Gilberto Freyre, particularmente a originalidade de sua contribuição para as Ciências Sociais, no Brasil, começando por estas duas obras.

A data da publicação do Manifesto foi objeto de amplas discussões que germinaram análises serenas e competentes, ressaltando-se, dentre elas, *Modernismo e Regionalismo: os anos 20 em Pernambuco*, de AZEVEDO: 1984; e REZENDE: 1997.

Nação
e Região:
os discursos
fundadores

Antonio Jorge
Siqueira

